

CONVERSAS

Entrevista conduzida por Raimundo Mendes da Silva

Jornalismo: Ana Maria Oliveira

Fotografia: Luís N. Filipe



Investigador do LNEC e actualmente Professor Associado da FAUTL, José Aguiar envolveu-se nas questões da cor e dos revestimentos devido a projectos de investigação e ao seu Doutoramento em Conservação pela UE. Neste momento é Presidente do ICOMOS, estrutura ligada à UNESCO, para a qual dá pareceres sobre os bens inscritos na Lista do Património Mundial.

Construção Magazine (CM) – Que importância atribui à cor das cidades, numa perspectiva histórica e cultural?

José Aguiar (JA) – Sou arquitecto, por isso as minhas reflexões sobre este tema têm muito que ver com a forma como se pensa em arquitectura (ou não se pensa), sobre estas questões. A cor exprime a forma como os cidadãos e as cidades, nomeadamente as históricas, escolheram representar-se ou dar-se a ver. Não se tratava de um elemento tão fortuito como hoje se julga que é. A arquitectura recorria à cor para exprimir conceitos, narrativas, pensamentos e diálogos arquitecturais dos quais nos esquecemos, sobretudo a partir do século XIX devido a três momentos importantes. Um desses momentos foi o higienismo, com a descoberta pela medicina das razões do ressurgimento das grandes epidemias urbanas e que levou a intervenções muito radicais de limpeza de fachadas. Depois houve o *monocromatismo salazarento*, do Estado Novo, que via o país a cor de pedra e de materiais nobres a Norte; e do branco, dos revestimentos de cal, das origens moçárabes do Sul. Depois houve o *monocromatismo moderno*, de uma arquitectura que exaltou a funcionalidade das formas e estruturas, procurando a nova “verdade dos materiais”.

Apercebi-me (no LNEC) do interesse científico da questão quando reparei que estávamos a investir imenso no desenvolver de tecnologias absurdas em relação ao seu aspecto, em escolhas pouco ponderadas ou pensadas. Poucos se preocupavam em discutir os conceitos da “apresentação” de edifícios históricos, como se deve dar a ver (para interpretar e ler) um objecto, ou conjunto de edifícios, ou como gerir a imagem de uma cidade histórica.

Apercebi-me que tínhamos perdido, na minha própria disciplina, a capacidade de pensar e projectar com a cor e que era preciso (re)estudar esta temática de uma maneira que não fosse só criativa ou dogmática. Percebi que havia, do ponto de vista da metodologia do projecto, uma área muito interessante, entre a arquitectura e o urbanismo, entre o projecto e a conservação, que não estava muito bem tratada, nem em Portugal, nem no estrangeiro.

Foi daí que nasceu um interesse cada vez mais partilhado. Inclusive, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) onde se criou um pioneiro e interdisciplinar *Grupo de Estudos para a Conservação das Superfícies. Arquitectónicas Históricas* – COSAH - do qual faziam parte grandes Investigadores



como Delgado Rodrigues, Rosário Veiga, João Mimoso, Teresa Gonçalves, Mary Mun, Santos Silva, etc. ... engenheiros, estruturalistas, arquitectos, químicos, especialistas em tratamento da pedra, etc. Começou a revelar-se uma área de trabalho em torno da discussão sobre as formas de dar a ver os objectos históricos, sobre a qual não tínhamos reflexões suficientes.

Ao abandono da cor na arquitectura sucedeu, muito curiosamente, outro tempo de todos os excessos: o pós-moderno! Saímos da “não-cor” para uma obviedade de excessos (chocantes, lúbricos, infantilistas) em cor.

No campo do património, havia perdas que as pessoas sentiam muito claramente. Quando um edifício histórico é sujeito a um “ravalement”, isto é, a um processo de modificação radical da sua pele, substituindo as superfícies históricas por peles acrílicas contemporâneas, é devolvido ao olhar numa nova forma que nos faz perder qualidades visuais, quebrando a ligação directa, visual, táctil e imediata com a própria sensação “de história”.

Em suma, um campo de trabalho muito interessante, com grandes desafios.

CM – Para além desta abordagem mais sistémica que faz e que acaba por ser a raiz do interesse do José Aguiar nesta matéria, conhecemos - e vamos conhecendo cada vez mais - a sua preocupação e o seu trabalho com os materiais e as técnicas associados à cor, onde ganham relevo algumas técnicas ancestrais menos conhecidas. O que é que o leva, neste fascínio

pela cor das cidades, a estudar sobretudo as técnicas antigas e não os grandes desenvolvimentos das novas pinturas que nos aparecem todos os dias no mercado?

JA – A sociedade contemporânea resolveu o problema da cor recorrendo a soluções tecnológicas contemporâneas. Estas são muito distintas, sobre o ponto de vista visual, do resultado, da aparência, da polaridade textura-cor das soluções históricas. O tradicional hoje é o produto da cultura industrial: os revestimentos em Cimento Portland, as tintas Vinílicas e/ou Acrílicas, as ditas “de Água” ou “de Areia”, as Membranas concebidas para ocultar, num modo de conceber a visualidade das arquitecturas que é totalmente distinto do modo anterior, pré-industrial e com tecnologias (a da cal) que durou milénios.

Na arquitectura abstracta do século XX e contemporânea concebemos a imagem dos objectos de uma maneira totalmente homogénea, não aceitamos variabilidades de aspecto que, por exemplo, as tecnologias tradicionais possuíam, porque dependiam de materiais com prestações diversas e, sobretudo, da mão do homem. Refiro-me à cultura da cal, com muito poucos materiais: algumas areias (siliciosas, basálticas, calcárias) com a cal em pasta ou a quente e com ferramentas simples; usando as terras para dar cor, conseguiam-se efeitos plásticos que hoje não conseguimos obter com as sofisticadas tecnologias de que dispomos. Há como que duas culturas completamente

distintas que se “degladiam”: uma cultura de homogeneidade, de eficácia na cor, monocromática por excelência, dirigida para regular com precisão o comportamento óptico de grandes superfícies; outra, onde há uma enorme variabilidade, onde a cor depende do gesto e da mão do homem e que exprime as suas enormes capacidades e diversidades.

Sobre o ponto de vista da conservação, ambas estas culturas são obviamente legítimas: hoje é também um problema fulcral a conservação dos produtos da cultura “Moderna”!

A cor pré-industrial sustentava-se num “saber-fazer” que já desapareceu. Na década de 50 do século XX ainda tínhamos homens que sabiam fazer os revestimentos dos tempos da terra e da cal. Depois, de repente, desapareceu essa cultura tecnológica e surgiu outra (a nossa de hoje).

Hoje, é quase utópico tentar reconstituir os antigos saberes através da recolha dos saberes com os actores tradicionais. Tentei fazer isso e descobri que me contavam histórias já corrompidas (bastava uma simples comparação com os manuais do século XIX para o constatar).

Não chegando as aproximações empíricas era preciso um trabalho mais científico. Nos meus trabalhos de investigação no LNEC comecei rapidamente a aperceber-me da importância vital que tinha o tratamento do próprio material, por exemplo, que tipo de cal (gorda ou magra, branca ou parda, feita com que rochas), cal calcinada com carvão ou com determinado tipo de lenhas, com que temperaturas, com que apagamento (a



“HOJE, É QUASE UTÓPICO TENTAR RECONSTITUIR OS ANTIGOS SABERES ATRAVÉS DA RECOLHA DOS SABERES COM OS ACTORES TRADICIONAIS.”

quente ou em estágios de anos]. Todas estas variáveis conduziam a argamassas completamente distintas em comportamentos e em valores expressivos. E começamos como que um trabalho de arqueologia de arquitectura que foi preciso fazer, com o objectivo da conservação e do restauro, mas também da reabilitação urbana mais alargada.

Muita desta investigação não tinha por trás apenas questões culturais mas sim a essência da própria construção, ou seja, discutir as (im)compatibilidades entre soluções tecnológicas e os diferentes funcionalidades dos diversos sistemas. Por exemplo, os edifícios antigos (pré-modernos) constituem um gigantesco sistema poroso, enquanto os edifícios modernos são feitos com materiais (pretensamente) impermeáveis como o betão; logo, possuem lógicas de funcionamento completamente distintas: misturar uma cultura material com a outra deu – continua a dar - resultados desastrosos.

Veja-se como se comporta mal um revestimento feito com Cimento Portland ou cais hidráulicas sobre alvenarias fracas ou sobre taipa ou adobe ... num primeiro momento, parece que resolvemos o problema, passados cinco anos (depois da garantia) temos revestimentos sem a menor adesão, problemas dificílimos de manutenção. E porque ao aplicá-los “picamos até ao osso” os revestimentos originais ... provocamos muitas vezes a perda do material da história! Os revestimentos dos edifícios históricos são eles próprios testemunhos, enquanto documentos da história e da estética, da passagem de um edifício pelo tempo.

A situação mais vulgar entre nós é pura e simplesmente substituir os antigos revestimentos, sem os estudar ou documentar. Esquecemo-nos que esses revestimentos são testemunhas das tecnologias que os produziram (com interesse científico), dão-nos informações preciosas sobre como se construiu para aquele lugar, para a sua específica micro-climatologia, informações preciosas para a conservação dos imóveis e para a durabilidade futura de soluções similares.

Confesso: discutir a cor *per se* não me interessa muito; mas apaixona-me estudar a cor na perspectiva da conservação e do restauro. Tenho, aliás, as maiores

das dificuldades em pensar na cor como decisão criativa. As arquitecturas históricas são palimpsestos, registam um repertório de diálogos, de textos, dos quais alguns a nossa cultura aprendeu a ler ... e de outros esqueceu-se que existiam.

Por exemplo, muitos textos de história da arte e arquitectura exaltam como essencial à condição portuguesa da arte de construir o trabalho dos canteiros, o trabalho da pedra!

O que agora estamos a descobrir por todo o lado é que, para além da pedra, havia em Portugal uma capacidade extraordinária – similar à de outros países mediterrânicos como a Itália – de tirar partido dos ornamentos feitos com argamassas, com notáveis trabalhos de “stuccos” e de esgrafitos, de simulações de materiais nobres com fingidos nas massas ou com tintas, de guarnecimentos a pasta de cal, colorados ou não, de pinturas arquitecturais em *tromp-l’oeil* (ou não). Exaltamos os canteiros e esquecemos completamente os mestres-pedreiros e os mestres-pintores que tínhamos e de extraordinária categoria.

Visitem-se as obras de restauro em curso na charola do Convento de Cristo ... e olhem os extraordinários cenários de arquitecturas fingidas, repare-se no espantoso repertório de meios empregues - pinturas sobre a pedra, estuques, pinturas sobre couros moldados a quente e colados nas paredes - enfim, o enorme repositório de soluções hoje desconhecidas e estranhas para nós mas com que se faziam fabulosos programas simbólicos e iconográficos, muito mais interessantes do que ainda há pouco tempo supúnhamos (a Charola estava pintada a cal).

Portugal tinha - cada vez tem menos - uma grande riqueza em edifícios e cidades históricas onde ainda existiam, em bruto e não tocados, estes revestimentos, que podiam ser estudados e restaurados e que estão agora a desaparecer a uma velocidade estonteante.

CM – Quer queiramos, quer não, há um conjunto significativo de pessoas, incluindo técnicos de formação diversa, para quem o recurso a soluções de reabilitação com técnicas ditas tradicionais é encarada como uma atitude profundamente fundamentalista e desadequada

do ponto de vista económico. Tanto quanto sabemos não é essa a sua convicção. O que falta neste diálogo ou nesta formação? Onde está o limite do fundamentalismo e onde estão as mais-valias das técnicas tradicionais?

JA – Antes de mais, conserva-se porque se reconhece o valor de algo – esta é a questão mais essencial. O que verifico em Portugal é que usamos a conservação, o restauro ou a reabilitação como pretexto de “bota-abaixo”, um “fazer de arquitectura nova” disfarçada (ou sem disfarce) de restauro. O modelo que nos estão a propor de conservação, restauro e reabilitação patrimonial é, na verdade, de uma enorme incoerência e falsidade!

Quando a coisa corre mal, o político responsável lava as mãos: deixando que se diga: a culpa é do criador (Arquitecto e sempre famoso)! E segue para outra, descansado.

Convertemos os edifícios e as cidades históricas como pretexto para fazer objectos novos disfarçados de antigos.

Diria que, na cultura portuguesa, ainda temos que discutir o que implica conservar valores patrimoniais (apesar de termos a melhor Lei do mundo nesse aspecto), ao que importa acrescentar a perspectiva ecológica, ou seja, a de uma reabilitação que permita repor a utilização de um terço (ou mais) dos edifícios abandonados que temos, dentro e fora dos “centros históricos”.

A nossa indústria, os nossos técnicos, engenheiros e arquitectos, formou-se – diria que o próprio Estado se especializou – para a produção do novo, para a nova construção rodar sobre rodas. Trata-se de uma indústria obsoleta, já sem razão de ser nos moldes como está estruturada e que, de repente, descobre a reabilitação como bóia de salvação. Queremos usar as mesmas tecnologias, as mesmas pessoas, os mesmos produtos e as mesmas lógicas quantitativas num objecto qualitativamente diferente.

Não tem havido razoabilidade na aproximação: diz-se que “*intervir num edificio antigo é mais caro*” - evidentemente que é. Se temos uma empresa que não está preparada, se temos técnicos que não sabem o que estão a fazer, se há rendimentos de obra totalmente diferenciados dos possíveis em estaleiros novos e abertos,

se temos uma indústria de transformação de matérias-primas que produz quase só um determinado tipo de produtos (para a produção nova) e que depois os pretende aplicar em contextos totalmente diversos (os da obra antiga), é evidente que vai haver falhas de eficácia e perdas de rendimento a todos os níveis.

Depois de décadas de apologia da renovação, já é pacífico fazermos a apologia da cidade-património (agora até os urbanistas o fazem), mas na verdade 99% das vezes o que fazemos é fachadismo, numa escala tal, de forma tão massificada, que corremos o risco de, dentro uma década, perdermos todos os originais; enfim, desaparecerá o resto que resta nesta civilização tão consumista em que agora vivemos.

Chamar fundamentalismo a quem assim pensa é a solução típica: i.e. ridicularizar pessoas que colocam entraves a esta Lógica massiva.

Não devemos discutir estas questões sob o ponto de vista meramente ideológico: é preciso introduzir questões de razoabilidade. Não é possível actuar sobre edifícios que têm determinadas características físicas e desempenhos funcionais específicos com lógicas que lhes são antagónicas.

Das tecnologias: Portugal é um país que tem excelente matéria-prima para fabrico de cal, foi um dos maiores produtores de terras usadas para pigmentos ocres e vermelhos, do período Romano à primeira metade do século XX. Hoje, não produz praticamente nada neste domínio. Actualmente, se quisermos importar argamassas pré-doseadas de restauro (fora um ou dois fabricante meritórios) ou pigmentos ... temos de os importar da Alemanha e da Itália. Tendo estas matérias-primas podíamos ser exportadores privilegiados deste tipo de materiais e deste tipo de tecnologias, se tivéssemos um bocadinho mais de visão, de agressividade e de investigação aplicada.

CM – Como presidente do ICOMOS Portugal e, portanto, com uma responsabilidade acrescida, que leitura faz dos últimos dez anos nesta matéria e que desafios tem para os próximos dez? Ou, perguntando de outro modo, já estaremos na fase ascendente da curva após vários anos de declínio em matéria de conservação?

JA – No que diz respeito aos revestimentos e

“NA VERDADE 99% DAS VEZES O QUE FAZEMOS É FACHADISMO”

à cor (a própria conservação e reabilitação), o drama é que não foram nunca antes integrados na formação de base em arquitectura e engenharia. Tínhamos estas técnicas disponíveis porque eram dominadas por profissões auto-organizadas em corporações que já desapareceram (os mestres-pintores, os canteiros e marceneiros, etc.). No século XX, entramos noutras lógicas; entramos no cálculo puro e simples, físico, químico, os projectistas concentraram-se no lado mais abstracto e conceptual. Diria que, de repente, perdemos o saber-fazer sem alternativas: nas academias e universidades (fora algumas excepções italianas) e esses saberes não foram sequer registados.

O que estamos a fazer hoje é uma espécie de recuperação da arqueologia dos saberes, tentando transcrevê-los para uma cientificidade de processos. Estamos num processo inverso e relativamente complexo: temos de formar e informar os projectistas sob aspectos que antes estavam garantidos pela qualidade dos operários. Por isso surgiu uma nova profissão, que em Portugal ainda tem demasiado pouca expressão, que é a do Conservador-Restaurador novo e fundamental actor que, por toda a Europa, está sempre entre o coordenador do projecto e a obra, assessorando uns (na concepção, no planeamento, no projecto), ensaiando soluções e controlando a execução (em obra), com plena consciência das consequências futuras, e portanto documentando.

Em relação às políticas da conservação, o momento actual é extremamente complicado. Sob o ponto de vista da qualidade e do restauro, nos últimos vinte anos, demos passos de gigante. Já temos saberes e tecnólogos, restauradores e arquitectos de nível mundial e que fizeram intervenções excelentes, ao melhor nível. Paralelamente a esta evolução, que foi intensa e de longa aprendizagem, assistimos, no último ano, a um processo extremamente complexo: um processo político que modificou brutalmente o status quo. Foi extinto o IPPAR e a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e com eles desapareceu uma grande parte da capacitação do Estado para poder conduzir intervenções em património da mais elevada responsabilidade e

qualidade. Isto resulta dum processo em que vamos entregar, aos agentes da sociedade civil, decisões e capacitações que o Estado português, durante o último século, reuniu dentro de si e dentro das suas estruturas.

Parece-me que estamos num momento de ruptura e de modificação radical nestes modelos. Aparentemente, o Estado está a alienar e a demitir-se destas capacidades que reunia (como a maior parte dos outros Estados) dentro de si mesmo e está, provavelmente, a querer entregar ao mercado – projectistas, arquitectos, engenheiros especialistas, empresas, agentes económicos privados – a ocupação desse seu lugar.

O problema é que as obras-primas do património nacional não têm preço e o que interessa ao mercado (ou a determinadas autarquias) pode não interessar à conservação do valor histórico e artísticos dos bens a que chamamos património NACIONAL, ou até MUNDIAL!

Percebe-se que a administração quis simplificar procedimentos (o PRACE) mas o resultado concreto foi oposto do pretendido. Concluímos que a reestruturação do Estado português neste sector está a demorar muito mais do que se previa e está a ter consequências terríveis, inclusive nos bens património da humanidade.

Outro dos problemas é que em Portugal não se percebe muito bem a quem interessa salvarguardar as cidades históricas: ainda não definimos como um objectivo estratégico a reabilitação urbana (para além das belas palavras e das boas intenções); ainda não decidimos que núcleos urbanos históricos interessa verdadeiramente salvarguardar, com que estatuto (interesse mundial, nacional ou meramente local), e com que eficácia (salvarguardar é conservar os valores e não é “renovar”) e com alguma qualidade, para um futuro, enquanto recursos e oportunidade. Estamos num domínio muito complexo onde, desaparecidos os antigos protagonistas, ainda não se percebe claramente o papel dos novos e principais actores: do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR); das Direcções Regionais de Cultura (DRC’s), do novo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e também da própria Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Apesar

destas múltiplas competências não existe uma consonância no estabelecimento de alguns núcleos urbanos portugueses de extraordinária qualidade, ou de cidades de relevante valor enquanto património urbano, à semelhança do que sucedeu em quase todos os países europeus (como a *Lei Malraux*, na França, ou as *Conservation Areas* no Reino Unido).

Algumas das nossas cidades já estão inscritas na lista para património mundial, por exemplo Angra, Guimarães e Évora, mas em Portugal há muitas outras cidades a merecer similares cuidados, por exemplo: Coimbra, a Baixa Pombalina, Tavira, as cidades da raia como Elvas e Mértola e até Ponte de Lima, toda uma série de aldeias, vilas e núcleos urbanos de grande qualidade nacional e supra nacional que deveriam merecer a atenção estratégica dos portugueses. Não o digo por saudade, digo-o como oportunidade!

Estamos num momento de mudança de estratégia, a sociedade portuguesa está a discutir pouco os grandes objectivos que se estão a colocar à conservação patrimonial neste exacto momento; e o Estado está a tomar decisões sem o suficiente envolvimento de todos nós. Neste momento não se percebe claramente qual é o grande Plano, se é que o há, falta esclarecer a ideia que orienta as múltiplas questões que são aqui abordadas.

Perfil: Arquitecto José Aguiar

José Aguiar formou-se em arquitectura, estudou na Escola de Arquitectura do Porto e na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL).

Foi Investigador do LNEC e actualmente é Professor Associado da FAUTL, co-dirigindo um Mestrado e colaborando em pós-graduações em conservação arquitectónica no país e no Estrangeiro. Envolveu-se nas questões da cor e dos revestimentos devido a projectos de investigação do LNEC e para o seu Doutoramento em Conservação pela UE. Deste seu trabalho resultou um livro, editado pela Faculdade de Arquitectura do Porto, com o título “Cor e cidades históricas” e prefácio de Nuno Portas. Neste momento é Presidente do ICOMOS, comissão portuguesa do congénere internacional, estrutura ligada à UNESCO, para a qual dá pareceres sobre os bens inscritos na Lista do Património Mundial, criando opinião sobre as metodologias mais adequadas às intervenções em património arquitectónico.